

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas

DIALOGOS REGIONAIS – EL NIÑO 2026/2027

Região Sudeste – Etapa Virtual

INFORMATIVO | 26 de agosto de 2026

Identificação e Contexto

O encontro virtual da Região Sudeste ocorreu em 26 de agosto de 2026, às 18h30, organizado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais, com apoio da Secretaria Nacional de Participação Social. A reunião alcançou cerca de 250 participantes simultaneamente.

O objetivo foi apresentar informações técnicas e projeções sobre o El Niño e seus possíveis impactos, promover a escuta das organizações e lideranças territoriais e identificar demandas, preocupações e propostas que pudessem subsidiar a atuação do Governo Federal.

Abertura e Diagnóstico técnico

Na abertura, a Casa Civil apresentou a preparação do Governo Federal e o funcionamento da Sala de Situação dedicada ao acompanhamento do El Niño, ressaltando que a ocorrência do fenômeno não determina isoladamente a ocorrência de desastres e que a participação da sociedade civil é fundamental para conferir capilaridade às respostas.

O CEMADEN destacou que a intensidade do El Niño não se traduz de maneira automática na intensidade dos impactos em cada região. Para o Sudeste, foram apontados riscos de chuvas extremas e calor extremo, associados à insegurança hídrica, aumento de queimadas, piora da qualidade do ar e impactos sobre a saúde.

Governo Federal: enfrentamento ao fenômeno

A Casa Civil apresentou medidas como distribuição de alimentos, formação de estoques reguladores de grãos, expansão da Força Nacional do SUS, suporte às rodovias e proteção de cisternas e reservatórios.

O MDS destacou ações de proteção social e segurança alimentar e o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, além da atuação das cozinhas solidárias. O Ministério das Cidades apresentou iniciativas de redução de riscos nas periferias, mapeamento e diagnóstico participativo, planos comunitários, formação local e infraestrutura verde para enfrentamento das ondas de calor e proteção de áreas vulneráveis.

Também foram apresentadas ações da Defesa Civil e dos ministérios das Mulheres, Igualdade Racial, Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Povos Indígenas, além de Funai, Inbra e Conab, envolvendo alertas, proteção social, enfrentamento ao racismo ambiental, adaptação do SUS, manejo do fogo, agricultura familiar e prevenção de incêndios.

Perspectivas da sociedade civil

As contribuições evidenciaram diferentes vulnerabilidades nos quatro estados. No Espírito Santo, foram ressaltadas a importância da agricultura baseada em pequenas propriedades e as diferenças climáticas internas do estado, com atenção à combinação entre calor elevado e chuvas irregulares.

Em Minas Gerais, destacou-se a concentração de barragens de rejeitos de mineração e a presença de grandes empreendimentos próximos ou sobrepostos a territórios de comunidades tradicionais, agricultores familiares e pescadores, inclusive em áreas já afetadas por processos de reparação nas bacias do Paraopeba e do Rio Doce. A manifestação defendeu que os riscos

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral da Presidência da República

Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas

climáticos sejam avaliados considerando o acúmulo de impactos ambientais, econômicos e sociais existentes nos territórios.

Em São Paulo, foram enfatizadas as vulnerabilidades da população em situação de rua diante de temperaturas extremas, enchentes e insuficiência da proteção disponível em determinados horários. No Rio de Janeiro, foram apontadas preocupações relacionadas à cadeia de combustíveis fósseis, água e saneamento, especulação imobiliária e proteção dos ecossistemas costeiros, além da defesa de políticas construídas com participação social e valorização dos saberes territoriais. Também foram ressaltados emprego e renda, economia popular e solidária, educação ambiental e o papel dos comitês de bacias e espaços comunitários na disseminação de informações.